

# **A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS NUMA PERSPECTIVA MARXIANA**

**Renalvo Cavalcante Silva**

Estudante do mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas; bolsista do Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; integrante do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL.  
E-mail: renalvo.pedagogo@gmail.com

## **RESUMO**

Estudos mostram que a gestão democrática surgiu num período histórico em que o capitalismo exigia um novo modelo de gerenciamento que pudesse atender as novas exigências produtivas do capital, descentralizando a figura do gestor com a finalidade de satisfazer as transformações socioeconômicas necessárias para a manutenção da ordem vigente. Sendo assim, este artigo tem como pressuposto esclarecer as possibilidades de viabilizar uma gestão democrática frente às novas necessidades do modelo de produção neoliberal e, ainda, tem como objetivo compreender como se constitui a gestão democrática nas escolas públicas mediante as imposições econômicas do mundo globalizado. Por se tratar de uma pesquisa de caráter bibliográfico buscaram-se fontes teóricas a partir de pesquisas existentes sobre a temática. Procurou-se compreender o surgimento da gestão a partir das teorias administrativas como mecanismo para ampliação da produção capitalista. Investigou-se, também, sobre o verdadeiro sentido do trabalho na formação do ser social, tendo a educação como parte indissociável dessa categoria. E, por fim, analisou-se a gestão democrática frente aos imperativos do modelo neoliberal. Os resultados da pesquisa demonstraram a impossibilidade de existir uma gestão democrática verdadeiramente efetiva, tendo em vista as limitações das políticas mantidas pelo Estado protetor do modo de produção do capital. Logo, os problemas encontrados nas instituições de ensino estão distantes de serem solucionados através de aspectos administrativos ou políticos, visto que são resultados da própria natureza conflitante entre capital e trabalho localizado no sistema produtor de mercadorias.

Palavras-chave: Gestão Democrática – Escolas públicas – Capital

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar e compreender o fenômeno da gestão democrática no espaço escolar público, num momento histórico em que a produção capitalista reduz as responsabilidades do Estado com o objetivo de aumentar sua capacidade produtiva. Por outro lado, confrontar o que existe no âmbito teórico que defende a centralidade da política como solução para os problemas sociais e, por conseguinte educacionais, é a proposta substancial desse artigo, uma vez que, a partir da perspectiva marxiana, os antagonismos causados pela lógica do capital são inerentes a sua própria existência.

Para que melhor fossem compreendidas as discussões propostas, o artigo foi organizado em três partes que relacionadas constituem uma análise crítica e radical sob os aspectos que fundam o modelo de gestão democrática vigente no neoliberalismo. No primeiro momento, faz-se um levantamento histórico sobre a sociedade política condicionada as necessidades materiais e econômicas das classes sociais, manifestando-se no modo de produção do capital com mais veemência a partir de técnicas administrativas que intensificam a produção e inculca nos indivíduos valores, comportamentos e ideologias úteis a manutenção da ordem.

Em seguida, busca-se entender o verdadeiro sentido do trabalho na formação do ser social, tendo na educação parte inseparável da categoria trabalho e como um dos elementos mediadores entre o indivíduo e a sociedade.

A terceira parte do artigo vem analisar a gestão democrática como um projeto neoliberal, que retira do Estado a responsabilidade de gerir as escolas públicas, colocando a cargo da comunidade o gerenciamento e financiamento dessas instituições. E ainda, mediante a essas políticas implementadas pelo Estado burguês, consegue transmitir uma ideologia dominante que busca provocar na consciência dos indivíduos a aceitação e conservação das relações de poder no sistema de produção do capital.

## **1 – UM BREVE HISTÓRICO DA DEMOCRACIA E DA ADMINISTRAÇÃO: HISTÓRIAS QUE SE ENTRELAÇAM**

Surge na Grécia a palavra democracia que significa governo do povo (demo = povo, kratia = governo, poder). Está especificamente em Atenas a fundação desse tipo de organização política, onde o povo configurado como cidadãos, aqueles que vivem na cidade, ajuda na decisão da polis (cidade) para favorecer o bem comum (ARANHA; MARTINS, 2003). Porém, desde a idade antiga já existiam distinções entre os membros da sociedade, uma vez que alguns grupos não poderiam interferir em nenhuma decisão da cidade-estado. Segundo Aranha; Martins, “[...] nunca foi possível evitar que, em nome da democracia, conceitos abstratos, valores que na verdade pertencem a apenas uma classe fossem considerados universais” (2003, p. 216).

A partir da idade moderna, com a teoria dos jusnaturalistas<sup>1</sup>, surge a defesa da formação de um Estado que garantirá a integridade física dos indivíduos, a propriedade privada ou a liberdade política por via de um conjunto de regras sociais que manterão a sociedade sob um acordo legal. Para justificar essa constituição do Estado alguns teóricos foram fundamentais para defender, ou melhor, justificar essa estrutura de comando político. Para Thomas Hobbes, os homens viviam sem nenhum limite imposto pela natureza, portanto, essa falta de controle poderia provocar uma autodestruição da humanidade, visto que cada homem tende ao egoísmo em nome de sua própria sobrevivência. Para que isso não se consolidasse, seria necessário um pacto social onde o soberano (ou assembleia) pudesse controlar a natureza violenta dos homens de modo absoluto (REALE; ANTISERI, 2005). Já John Locke, justifica a formação do Estado nos direitos naturais que são inatos a existência humana, pois os homens são iguais e independentes, logo, ninguém pode tentar cercear os direitos naturais a saúde, a liberdade ou as posses do outro. Desse modo, o Estado tem a função primordial de garantir esses direitos. Segundo Reale; Antiseri (2005, p. 108), para Locke “[...] os cidadãos renunciam

---

<sup>1</sup> Jusnaturalistas é uma derivação para palavra jusnaturalismo, creditada ao “[...] holandês Hugo Grotius (1583-1645), com o escrito *De jure belli ac pacis* (1625), que é a teoria do direito natural. O direito natural, que regula a convivência humana, funda-se sobre a razão e sobre a natureza [...]”. (REALE; ANTISERI, 2004, p. 100).

unicamente ao direito de se defenderem cada qual por conta própria, com o que não enfraquecem, e sim fortalecem os outros direitos”.

E como principal filósofo burguês, para Jean-Jacques Rousseau, o homem nasce livre, mas a sociedade coloca-lhe grilhões. Segundo o pensador genebrino, faz parte constituinte do homem a bondade e uma moral justa, no entanto, a passagem do estado natural para o estado civil desvirtuou e maculou a essência humana. A partir dessas convicções, Rousseau acredita que através de um contrato social pode-se representar a vontade geral, onde a vontade particular dará lugar aos interesses coletivos que serão representadas pelo Estado, esse modelo de contrato é basilamente o que perdura até os dias atuais.

Além da contribuição de Montesquieu, quando este desenvolve a teoria da divisão de poderes, acreditando que o Estado mantendo três tipos de poder pudesse evitar o descambo num regime autoritário e leviano, pois um poder vigiaria o outro, colocando limites a cada um desses seguimentos do Estado para garantir a liberdade política aos cidadãos. Segundo Aranha; Martins (2003, p. 217) foi: “Sob o impacto do século das luzes, expande-se a defesa do *constitucionalismo*, entendido como a teoria e prática dos limites de poder exercido pelo *direito* e pelas *leis*.” (grifos das autoras)

Entretanto, a liberdade política tão defendida pelos burgueses atua como instrumento legitimador da ordem capitalista, que utiliza do poder político e jurídico a garantia de perpetuar uma sociedade dividida em classes sociais. A cidadania situada no momento histórico em que o capitalismo reina como forma de produção e reprodução social delinea as características essenciais para efetuar os interesses dos grupos dominantes. Como explica Tonet, “[...] podemos afirmar que a crítica da cidadania não consiste em apontar os seus defeitos e insuficiências, mas em fazer a crítica do solo social que lhe dá origem” (2004, p. 152).

A partir do exposto, sobre os limites existentes da própria democracia, compreende-se até que medida a organização política, inserida no espaço capitalista, intervém na articulação para se efetivar a gestão democrática, visto que as mudanças que se oferecem no sistema produtor de mercadorias buscam-se interesses que comumente favorecem as classes hegemônicas em detrimento das classes que são historicamente desprivilegiadas. Mészáros

(2002, p. 106) afirma que: “A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”. Desse modo, o Estado como sistema de controle político do capital limita-se apenas a concessões que de alguma forma serão importantes para legitimar o controle sociometabólico<sup>2</sup> do capital.

Juntamente com o surgimento do Estado moderno criam-se meios políticos e de gestão para operacionalizar as funções de conservar as estruturas daquela nova ordem que ansiava em se estabelecer e, sobretudo, com o consentimento incontestável das massas populares. Sob esse espírito, segundo Reale; Antiseri (2005, p. 94) Maquiavel “[...] chega até a dizer que o soberano pode se encontrar em situação de ter de aplicar métodos extremamente cruéis e desumanos. Quando são necessários remédios extremos para males extremos [...]”.

Mas apenas foi com as teorias administrativas surgidas no século XIX, impulsionadas a partir das transformações socioeconômicas, que as técnicas de gestão vêm cumprir papel importante na ampliação da produção do capitalismo, à medida que surgem as necessidades desse modo de produção na procura incessante de expansão e acumulação de capital, assim, organizam-se políticas que além de promover essa expansão também contribuam para a conservação da ordem estabelecida. O poder material mantido pela classe burguesa interfere na forma que a sociedade é organizada e, por conseguinte, nas instituições por ela mantidas. Os comportamentos, valores, concepções e ideias instituídos através do Estado democrático burguês carecem de instrumentos que se renovem constantemente para que possam radicar uma subjetividade apática diante das imposições da classe dominante, a fim de ampliar a produção e internalizar na classe trabalhadora o fim apocalíptico ao qual estão destinados.

As instituições educacionais importaram para o seu interior os modelos de gerenciamento adotados nas empresas capitalistas. Desconsiderando que existem diferenças que se fazem presentes entre empresas e escolas, as instituições de ensino produzem a subjetividade que interessa à doutrina econômica do capital, posto que se intenciona formar indivíduos para o trabalho abstrato, não só dando as possibilidades para que estes consigam

---

<sup>2</sup> Forma de funcionamento orgânico

exercer suas funções técnicas, mas também, reproduzir as ideias vinculadas intrinsecamente àquele determinado momento histórico e produtivo da ordem burguesa.

O gerente surge com a função de garantir os interesses da empresa, no que diz respeito à produtividade, desde o planejamento até a execução, logo, convencionou-se desenvolver algumas teorias que favorecessem não apenas a eficiência da organização, mas, sobretudo, as relações sociais que se formam dentro da empresa. Está em Frederick Taylor, o pai da administração científica, a busca do aumento da eficiência, fragmentando e se preocupando com o tempo estabelecido para executar determinadas tarefas, privilegiando a redução de tempo e maior produção “[...] ao fazer a análise completa do trabalho, inclusive dos tempos e movimentos [...]” (CHIAVENATO, 2001, p. 60).

O gerente no modelo taylorista/fordista é aquele que supervisionará a produção, garantindo que os trabalhadores mantenham a produção num ritmo incessante. Pois Taylor entendia que os trabalhadores deveriam estar a todos os momentos sob rígidos controles, por considerar o operário irresponsável, vadio e negligente; para que isso fosse possível, Taylor criou um sistema educacional que pudesse intensificar a produção de trabalho na busca de maiores vantagens para os empresários, reduzindo as perdas que vinham sofrendo com que ele considerava ser resultado da vadiagem e ineficiência dos funcionários (CHIAVENATO, 2001).

No final dos anos de 1970, o modelo taylorista/fordista já não consegue corresponder às novas necessidades do capital em crise. A rigidez do Taylorismo e Fordismo dá lugar a produção flexível do Toyotismo, que valoriza aspectos que não eram suscitados nos modelos anteriores. Esse novo momento exige que os trabalhadores possuam não mais a especialização, mas, agora, a capacidade de se adaptar às constantes mudanças do mercado, podendo contribuir com outras funções na empresa, inclusive na gestão participativa, haja vista que cada operário conhece com propriedade o seu setor de trabalho. Podemos também destacar, como componente constitutivo desse modelo, a cooptação dos operários através de discursos ideológicos que difundem a gestão democrática e participativa, conseguindo desarticular os trabalhadores do objetivo maior de romper com qualquer modo de sociabilidade

que conserve a aristocracia burguesa no poder. Antunes (2005, p. 41) afirma que:

[...] a substituição do fordismo pelo Toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um *novo modelo de organização societária*, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido com o avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista (grifo do autor).

Segundo esse sociólogo, qualquer mudança que existe em solo capitalista não se estará propondo transformações radicais, mas somente novas formas de reprodução do capital, mantendo a estrutura das coisas, sem nenhuma modificação. Pois se entende que a única transformação possível para livrar o homem da exploração está no rompimento definitivo com a formas de produção e reprodução social capitalista.

A partir desses requisitos, estabelecidos nas empresas capitalistas, percebe-se o quanto o trabalho exercido dentro do capital atinge um alto nível de subordinação à direção. No entanto, as novas exigências do capital obrigaram que o gerenciamento abandonasse, pelo menos, parcialmente, as concepções centralizadas no gerente, mantidas pelos modelos clássicos de administração para a participação dos indivíduos envolvidos no processo de produção como se estivessem buscando o mesmo objetivo ao transmitir a ideia de que os interesses capitalistas são os mesmos das classes trabalhadoras. Para Silva (2007, p. 87)

[...] esse ideário propõe um modelo formativo voltado para adequação das pessoas, assim, como das instituições públicas, a uma nova ordem global supostamente regulada pelo mercado, cujos parâmetros são, ideologicamente, vistos como éticos e formativos.

A formação e a ética na educação, apregoada pelo Estado democrático burguês, constituem-se apenas como retórica da teoria neoliberal, pois a educação, como estratégica política, torna-se importante para capacitar os educandos à nova ordem mundial nas competências exigidas pelo mercado.

## 1.2 – TRABALHO E EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA MARXIANA

O trabalho abstrato, encontrado no solo do modo de produção capitalista, tem como principal objetivo a produção de valores retirados do trabalho excedente executado pelos trabalhadores, agindo de modo que as relações de exploração encontradas numa sociedade de classes, principalmente na ordem capitalista, pareçam como um fenômeno natural.

Toma-se, portanto, as concepções ontológicas marxianas que alargam o entendimento do trabalho como o elemento fundante do ser social. Pois, o homem, diante dos imperativos impostos pelas bases materiais, transforma a natureza para que sejam supridas as suas necessidades. Esse intercâmbio entre o homem e a natureza exige uma mediação através de uma ação subjetiva e objetiva. Assim, essas condições que se constituem elevam o ser humano a uma escala de superioridade em relação aos outros animais, visto que enquanto os animais são determinados por fatores genéticos, o homem ganha sua liberdade à medida que rompe com essas determinações orgânicas e, por conseguinte, interfere na realidade através de um processo de consciência fundado sobre bases materiais (ANTUNES, 2007).

O trabalho é resultado de um planejamento que se estabelece no plano abstrato, revelando-se na realidade a partir de uma transformação de elementos naturais para satisfazer a vontade humana. Essa transformação empreendida pelo homem não se dá de maneira passiva. Ao transformar a natureza para manter sua sobrevivência e a de sua comunidade, aquela nova realidade também transformará o homem. Desse modo, o homem mantém uma forma de sociabilidade que tem como protoforma o trabalho. Segundo Lukács (1980, p. 21-22 apud ANTUNES, 2007, p. 138):

Por meio do trabalho, da contínua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser deixa de ser epifenômeno, como a consciência animal que, no limite, permanece no universo da reprodução biológica. A consciência humana deixa, então, de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma atitude *autogovernada*. E ao fazer isso, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica (grifos do autor).

Para esse filósofo, o trabalho possibilita que o homem liberte-se das limitações postas pela natureza, desenvolvendo-se mediante a capacidade de

prévia-idear<sup>3</sup> as possibilidades de conduzir sua própria existência, pois apesar de também fazer parte da natureza e ainda ser determinado por algumas condições orgânicas naturais, o homem utiliza a consciência para romper com as limitações biológicas que são encontradas nos outros seres vivos. Entretanto, na sociedade capitalista, o trabalho toma proporções que reifica e aliena a existência humana, distanciando a categoria trabalho da produção de valores de uso que se expressa como parte do metabolismo entre o ser social e a natureza (ANTUNES, 2007).

Numa sociedade formada por classes sociais, especialmente, no sistema econômico capitalista, o trabalho perde características ontológicas para assumir a face de um tipo de sociabilidade que ao invés de elevá-lo a dimensões superiores para se autogovernar, reduz-se a um trabalho fragmentado, dominado pela lógica destrutiva do capital, submetendo a toda a humanidade a produção de valores de troca. Para sobreviver, a classe tem que trocar sua força de trabalho por um pagamento que nunca corresponderá ao preço justo, pois nessa relação entre capital e trabalho, os capitalistas faturam sobre o trabalho gratuito produzido pelo proletário. Portanto, o trabalho que outrora significou a superação do homem das determinações biológicas passa a ser um momento em que o homem é escravizado pelo mercado.

A divisão do trabalho faz a sociedade estar separada entre aqueles que pensam e os que executam as ordens. Desse modo, a classe trabalhadora deverá ocupar funções as quais não se questione a maneira que a sociedade está sendo constituída, pois a falta de tempo verdadeiramente livre dificulta a apreensão da realidade em seus aspectos mais radicais, além de outros artifícios políticos e ideológicos que o capital mantém para promover o consenso da sociedade. Lessa (2007, p. 156) afirma que:

[...] com a luta de classes permeando o cerne do processo produtivo, a “subordinação” do corpo e da “vontade” do trabalhador indispensável à produção se torna muito mais intensa, muito mais dura, já que passa a ser a mediação pela qual se afirma a alienação do próprio trabalhador. É para exercer o controle que ocorre a separação do trabalho intelectual do trabalho manual.

---

<sup>3</sup> Ação de projetar na mente antecipadamente a efetivação de um fim proposto. Ver também teleologia

O trabalho, como já foi esclarecido, está na ação do sujeito sobre o objeto inanimado, isto é, o indivíduo utiliza sua capacidade de prévia-idear para empreender sobre um elemento qualquer da natureza a realização do que havia planejado. Na educação exerce-se sobre os sujeitos conscientes uma teleologia<sup>4</sup> diferente do que ocorre no trabalho, buscando transmitir para a sociedade os conhecimentos acumulados durante o processo histórico, em que as gerações mais velhas compartilham com as gerações mais novas os saberes que contribuirá para identidade e ampliação das capacidades humanas, uma vez que os conhecimentos adquiridos pelos homens fazem parte de um processo de criação e recriação que segue uma ação contínua. Segundo Tonet (2005, p. 217):

Conservar, transmitindo às novas gerações aquilo que foi decantado e se transformou em patrimônio do gênero humano é absolutamente fundamental para a continuidade desse mesmo gênero. Isso independe, em princípio, da existência ou não das classes sociais. O que significa dizer que também acontecerá em uma sociedade plenamente emancipada, embora, é claro, com profundas diferenças em relação a uma sociedade de classes.

Sendo assim, a educação ajuda na aquisição de habilidades, valores, comportamentos etc. de uma sociedade num espaço e tempo correspondente ao modo de produção vigente. Nesse contexto, trabalho e educação fazem parte do mesmo estatuto ontológico, de modo que está no trabalho a formação do ser social, conseqüentemente, serão criadas as condições para a manifestação do fenômeno educacional. Dentro dessa perspectiva, percebe-se que a educação é influenciada pelo tipo de sociabilidade que está sendo reproduzido num determinado tempo histórico, já que para atender as necessidades do capitalismo pretende-se formar indivíduos que estejam submetidos material e espiritualmente à lógica economicista do capital.

Da mesma forma que na execução do trabalho o homem utiliza de posições teleológicas e causais (prévia-ideação e objetivação), acontece na educação, posto que existe uma posição teleológica secundária. A diferença é que na teleologia primária procura se transformar um objeto extraído da natureza, transportando para realidade o que havia sido idealizado pela mente.

---

<sup>4</sup> Ação de prévia-idear, projetar na mente uma finalidade.

Ao contrário do que ocorre na educação, o que foi previamente ideado não poderá ter a certeza de sua concretização do mesmo modo que foi subjetivado, à medida que na transmissão do conhecimento a ação teleológica age sobre outra consciência que nunca poderá ser determinada. Uma vez que a consciência humana não é um elemento inerte. Segundo Lessa (2007, p. 66):

Essa nova forma de posição teleológica, ao invés de buscar a transformação do real, tem por objetivo influenciar na escolha das alternativas a serem adotadas pelos outros indivíduos, visa a convencer os indivíduos a agir em um dado sentido, e não em outro.

Desse modo, podemos compreender que a educação, como posição teleológica secundária, vem constituir a formação do indivíduo para que se incorporem os comportamentos, ideias e valores da sociedade. Em decorrência da complexidade social que existe no modo de produção capitalista, a educação procura cumprir o dever em formar homens para o trabalho alienado do capital. Ou seja, para as leis que regem o mercado capitalista o único conhecimento válido é aquele que possui características que possam tornar o sujeito empregável, limitando as discussões sobre a educação e todos os seus fenômenos ao solo capitalista.

### **1.3 – GESTÃO DEMOCRÁTICA: RETÓRICA NEOLIBERAL PARA DOMINAÇÃO**

A gestão democrática vem surgir no século XX num momento histórico do capitalismo que pudesse responder as novas necessidades do capital, onde se exigia um novo modelo de gerenciamento que coadunasse com o modelo de produção neoliberal, descentralizando a figura do gestor ao retirar desse indivíduo as características de chefe, promovida no período Taylorista/fordista, passando ao líder do novo liberalismo, aquele que agrega parceiros para instituir uma gestão onde todos participam e se responsabilizam pela produção e qualidade dos produtos ofertados. A gestão democrática está posta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, art. 3º, do inciso VIII. Nela se garante que a educação siga o princípio da “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Já no art. 12, no que concernem as incumbências dos estabelecimentos de

ensino, pode-se encontrar no inciso I que a escola deve “elaborar e executar sua proposta pedagógica”. No art. 13, também inciso I, nas incumbências do professor, encontra-se que o docente deve “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”. Ou seja, tanto a escola, como o professor devem participar ativamente dos momentos democráticos que fundamentam as ações dos estabelecimentos de ensino. E ainda na LDBEN (BRZEZINSKI, 2005, p. 250) no art. 14 afirma-se que: “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios”.

O surgimento deste modelo de gestão coloca na comunidade escolar o encargo de gerir as instituições educacionais, enfoca alguns direitos e propõe uma suposta autonomia nas instituições de ensino. A gestão democrática, nessa conjuntura, sugere a participação de todos na tomada de decisão, o que configura apenas mais uma forma do Estado colocar nos indivíduos a responsabilidade pelo gerenciamento e financiamento da escola, tirando, assim, a sua obrigação de mantê-la em condições adequadas de funcionamento. Nesse cenário, a garantia da gestão vem permeada de fatores ideológicos dominantes, a fim de cumprir a função de reproduzir no seio da escola um reflexo da administração ocorrida nas empresas que seguem o modelo neoliberal, buscando homogeneizar os comportamentos e formar valores e atitudes ditados pelo capital. Hetkowski (2007, p. 143) afirma que:

A tendência ideológica neoliberal, a cada dia, fica mais visível na educação, à medida que as políticas educacionais consideram as questões básicas educacionais como, simplesmente, questões técnicas derivadas de eficácia/ineficácia, eficiência/ineficiência na gestão e administração dos recursos materiais e humanos, gerando um processo de deslocamento da gestão com aparência de descentralização que, na verdade, descaracteriza a forma do sistema atual.

As políticas públicas fundamentadas no sistema neoliberal, por meio da gestão democrática, passam para a comunidade escolar o gerenciamento e todas as responsabilidades administrativas, financeiras e/ou pedagógicas, inclusive, também, os êxitos e fracassos. Pois o objetivo de reduzir os gastos, além de transmitir para os sujeitos envolvidos uma falsa autonomia,

complementam o fenômeno observado do regime capitalista na imposição de regras gerais que não podem deixar de ser cumpridas porque fazem parte constituinte do projeto econômico neoliberal. Silva diz que (2006, p. 99):

Essa forma de autonomia, com responsabilidade pela própria competência é a principal característica ética da formação exigida pelo capitalismo atual. Nessa perspectiva conservadora, cabe à escola desenvolver as competências morais que facultem a adequação do indivíduo.

Nesse sentido, Silva compreende que a principal motivação da educação que segue os discursos evasivos do capital restringe a civilização humana a engessar-se num período da história, como se não houvesse possibilidades de emancipar os homens da subjugação do modo de produção do capital. Sendo assim, a educação assume uma função eminente na formação da força de trabalho produtiva e conformada com a atual situação socioeconômica em que se encontra a grande parte da população mundial.

Teóricos como Paro (2008, p. 17) acreditam que “[...] uma democracia efetiva exige controle democrático do Estado. Na situação atual, não há controle das grandes massas da população sobre as ações do Estado, tornando-se, pois, de extrema urgência buscar as maneiras de viabilizar esse controle”. Percebemos a partir desse teórico, que aqueles que defendem a democracia nas instituições de ensino caem no equívoco de centralizar os problemas educacionais nas decisões políticas, entendendo que pode existir um modelo de Estado divorciado dos interesses da classe hegemônica. Porém, historicamente, a formação do Estado está completamente tomada pelas necessidades da classe dominante em manter seu poder ideológico e coercitivo sobre as classes dominadas.

Desse modo, as instituições educacionais que se localizam dentro do sistema democrático burguês pretendem formar cidadãos qualificados (adestrados) a participarem da vida pública e do mundo do trabalho abstrato, ampliando o desenvolvimento econômico e ratificando a ordem das coisas do capitalismo.

### **3 – CONCLUSÃO**

Os discursos que defendem a democratização das escolas públicas surgem como remédio infalível que sanará todos os problemas existentes no espaço escolar, como se esses infortúnios que acometem a educação pudessem ser reduzidos a questões políticas e administrativas. Não se pode negar que houve avanços com a abertura da escola à comunidade, especialmente, quando oportuniza as famílias das classes desfavorecidas lograrem de uma liberdade política que possam expressar as suas expectativas em relação à educação de seus filhos. Porém, vivemos num mundo onde uma grande parcela da população sofre com as manipulações ideológicas constantemente vinculadas aos vários meios disponíveis pela classe hegemônica, dificultando uma compreensão significativa das relações complexas que influenciam preponderantemente o ambiente social e, por conseguinte, pedagógico.

A referida pesquisa mostra que a gestão democrática surge apenas como uma expressão da sociedade política dominada pelos interesses da classe burguesa em se manter no controle. Assim, quando se observa a própria constituição do Estado democrático percebe-se que as políticas que regulamentam a organização social têm como fundamentos a conservação da ordem do capital e a manutenção das relações sociais.

A retórica da sociedade política burguesa, na qual a gestão democrática torna-se reflexo do mesmo arcabouço, retira a responsabilidade do Estado e põe na sociedade um suposto controle das instituições públicas, onde as decisões da comunidade são tomadas para atender interesses privados. Percebe-se, portanto, que as adversidades encontradas nas escolas ou em qualquer outra instituição em solo capitalista apenas podem ser solucionadas de forma efetiva à medida que haja uma ruptura com a estrutura causadora desses problemas.

Os resultados dessa pesquisa demonstram que a gestão democrática nas escolas públicas possui uma liberdade permeada pelos interesses do capital, entendendo que a organização política busca manter sua estrutura intacta através de ações corretivas que ao invés de solucionar os problemas servem apenas de manutenção do regime burguês. Chegou-se à conclusão

que a gestão democrática não consegue exercer completamente a autonomia apregoada por aqueles que a defendem, tendo em vista as limitações que se fundam no terreno no modo de produção do capital. Assim sendo, não se deve acreditar que os problemas correntes nas escolas públicas são de natureza política ou, menos ainda, administrativa, mas sim, sofrem os efeitos das próprias contradições geradas pela base material do capital que se funda a partir de uma sociedade dividida em classes, hierárquica e excludente.

#### 4 – REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003

BRZEZINSKI, Iria (org). **LDB interpretada**: Diversos olhares se entrecruzam. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração** vol 1. 6 ed. São Paulo: Campus, 2001.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

HETKOWSKI, Tânia Maria. Políticas públicas educacionais e as influências neoliberais. In: MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva (orgs.). **Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa**. Maceió, Edufal, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: 2008.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: de Spinoza a Kant vol. 4. São Paulo: Paulus, 2005.

\_\_\_\_\_. **História da filosofia**: do humanismo a Descartes vol. 3. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, Sidney Reinaldo da. Gestão da educação nos anos 90: equidade e conservadorismo. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber livro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade?**. 2 ed. Maceió: Edufal, 2004.